DOLM 24.04.13:Camara_Template 23/4/2013 18:33 Página 1

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Ano VII - Nº 4.050

Quarta-feira, 24 de Abril de 2013

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Foto: Valdemiro Lopes



Presidente do Legislativo destaca assinatura de acordo que viabiliza Metrô de Salvador

Paulo Câmara ressaltou maturidade política do governador e do prefeito

Ao participar do ato na Governadoria, juntamente com 18 vereadores de diferentes partidos, o vereador Paulo Câmara (PSDB), presidente da CMS, destacou o papel desempenhado pelo Legislativo tanto na ampliação do debate sobre o novo sistema viário, quanto ajudando a solucionar os impasses para viabilizar o acordo.

Leia mais na página 3

DOLM 24.04.13:Camara_Template 23/4/2013 18:33 Página 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Campanha para incentivar cooperativa de catadores

Vereadora Tia Eron indicou proposta ao prefeito ACM Neto

Através de projeto de indicação ao prefeito ACM Neto, a vereadora Tia Eron (PRB) propôs a instituição de uma campanha de incentivo às cooperativas de catadores de material reciclável de Salvador.

A proposta deve ser desenvolvida, segundo a vereadora, em parceria com a sociedade civil e a iniciativa privada, buscando estimular a geração de emprego e renda e fomentar a formação de cooperativas de catadores de material reciclável.

Para Tia Eron, além de resgatar a cidadania através do direito básico ao trabalho, promover a educação ambiental é propiciar a defesa do meio ambiente através da coleta seletiva e reciclagem de lixo.

Foto: Valdemiro Lopes



Vereadora Tia Eron

"O papel exercido pelos catadores tem sido de grande relevância para a sociedade. Estima-se que grande parte do lixo é recolhido por estes trabalhadores. Além do importante papel socioambiental, a atividade é também geradora de empregos e renda a milhares de cidadãos. Os catadores se transformaram em parceiros estratégicos de programas de coleta seletiva", justificou a vereadora Tia Eron.

Direitos de crianças e adolescentes na Copa

Estratégias para proteção de jovens são cobradas pelo CMDCA em audiência pública

Ações em defesa da criança e do adolescente no período da Copa do Mundo foram discutidas em audiência pública, na manhã de terça-feira (23), no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador. No debate, promovido pelo Conselho Municipal os Direitos da Criança e Adolescente de Salvador (CMDCA), foram cobrados dos representantes dos poderes públicos diagnósticos e estratégias para a proteção dos direitos dos jovens durante o evento esportivo.

A dois meses da Copa das Confederações, "ensaio" para a Copa do Mundo de 2014, a necessidade de investimentos para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes foi ressaltada por Renildo Barbosa, ex-presidente do CMDCA.

"Estamos dando o início às discussões sobre o tema. Faremos os diagnósticos, os encaminhamentos e promoveremos mais debates. Estamos começando tardiamente para a Copa das Confederações, mas temos tempo suficiente para preparar ações em defesa das crianças e dos adolescentes para a Copa do Mundo", declarou Renildo Barbosa.

Foto: Antonio Queirós



O ex-presidente do CMDCA, Renildo Barbosa, presidiu a audiência pública

A presidente do CDMCA, Dinsjani Pereira, falou sobre o diagnóstico que o Conselho fez de outro evento de grande porte, o Carnaval de Salvador de 2013. "Os números não são bons. Identificamos problemas muito grandes. Pouco se fala do sistema de garantia para criança e adolescentes. Só com a parceria e o envolvimento de órgãos públicos, como as secretarias Municipal de Educação e de Saúde, Casa Civil e o gabinete do prefeito, poderemos combater esse problema", avaliou Dinsjani Pereira.

Os representantes da Fundação Itaú Criança e do Conselho Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca), respectivamente, Edson Cabral e Cida Roussan, fizeram um retrospecto do que já foi discutido sobre o assunto e as ações que precisam ser elaboradas. Para Cabral, "as medidas em defesa da criança e do adolescente devem ser padronizadas nas 12 cidades-sede da Copa".

Legado social

Mais do que o resultado dentro de campo, a importância da Copa do Mundo de 2014 de deixar um legado social para o povo de Salvador foi ressaltada pelo representante da Secretaria de Assuntos para a Copa (Secopa), Marcos Andrade.

"Se ganharmos a Copa, melhor ainda. Mas a nossa maior vitória será fora de campo. Temos que proteger as nossas crianças e fazer com as pessoas que vierem para a cidade com motivos outros, que não sejam o esporte, não encontrem aqui um local fértil para exploração infantil e de adolescentes", finalizou Marcos Andrade.

DOLM 24.04.13:Camara_Template 23/4/2013 18:34 Página 3

Assinado acordo que viabilizará Metrô de Salvador

Paulo Câmara ressaltou maturidade política do governador e do prefeito





Fotos: Valdemiro Lopes

Maturidade política. Esse, segundo o presidente do Legislativo de Salvador, vereador Paulo Câmara (PSDB), foi o comportamento que predominou nos entendimentos entre o governador Jaques Wagner e o prefeito ACM Neto, que permitiram a assinatura, na tarde desta segunda-feira (22), do acordo de transferência do Metrô de Salvador para o governo. Ao participar do ato na Governadoria, juntamente com 18 vereadores de diferentes partidos, Paulo Câmara destacou o papel desempenhado pelo Legislativo tanto na ampliação do debate sobre o novo sistema viário, quanto ajudando a solucionar os impasses para viabilizar o acordo.

"Esse passo que está sendo dado aqui é da maior importância, diante dos benefícios que o metrô vai trazer para o município. O acordo vai favorecer a valorização das áreas comuns, o melhoramento das estações e a verdadeira integração entre os sistemas metroviário e rodoviário", frisou Paulo Câmara. Em seu nome, tanto o governador Jaques Wagner quanto o prefeito ACM Neto agradeceram aos vereadores pela contribuição com o aprofundamento das discussões.

Consciência democrática

O protocolo de transferência da operação da Linha 1 do Metrô de Salvador e construção da Linha 2 foi apresentado pelo secretário da Casa Civil do governo, Rui Costa. Segundo ele, a tarifa para quem utilizar só o metrô será de R$3,10 e com a integração R$3,90. O investimento previsto para para implantação do sistema é de R$4,2 bilhões, sendo R$1 bilhão do governo federal, R$1 bilhão do governo estadual e o restante da iniciativa privada, via PPP. A estimativa é que R$170 milhões sejam empregados em desapropriações.



Vereadora Fabíola Mansur, Lídice da Mata e Paulo Câmara



O governador Jaques Wagner disse que muito dinheiro público foi "enterrado" nas obras do metrô e outros projetos de mobilidade urbana desde 1985, sem solução. Em função da Copa do Mundo, com o foco sobre o tema, disse ele, está sendo possível adotar um sistema que possa, de fato, funcionar como uma alternativa viável para que as pessoas troquem o carro particular pelo transporte público. O grupo vencedor da licitação terá 180 dias para apresentar projeto de extensão da Linha 1 do metrô até Cajazeiras.

"A consciência democrática presidiu esse entendimento de lado a lado e o acordo, se Deus quiser, vai permitir o fim de uma novela que se arrasta há quase 13 anos", frisou o prefeito ACM Neto. Ele anunciou que ainda este ano a prefeitura lançará licitação para a modernização da Estação da Lapa, que será integrada à do metrô, e para intervenções viárias que garantirão "uma cidade mais confortável para seus moradores e visitantes".

Apesar de 90% do projeto do metrô ser em Salvador, a visão metropolitana prevaleceu e a Linha 2 irá até o vizinho município de Lauro de Freitas. Por esta razão, o prefeito Márcio Paiva também participou da assinatura do protocolo. Participaram da mesa da sessão, ainda, os senadores Lídice da Mata e Walter Pinheiro, o presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Nilo, e o vice-governador Otto Alencar.

Presentes os vereadores Joceval Rodrigues (PPS), líder da bancada do governo; Gilmar Santiago (PT), líder da oposição; Leo Prates e Claudio Tinoco, do DEM; Waldir Pires e Suíca, do PT; Geraldo Jr, Toinho Carolino e Tiago Correia, do PTN; Orlando Palhinha (PP), Fabíola Mansur (PSB), Aladilce Souza (PCdoB), Tia Eron (PRB), Pedrinho Pepê (PMDB), Leandro Guerrilha (PSL), Duda Sanches (PSD), Heber Santana (PSC) e Marcell Moraes (PV).

DOLM 24.04.13:Camara_Template 23/4/2013 18:34 Página 4

Prevenção contra drogas lícitas e ilícitas

Moisés Rocha propõe inclusão de conteúdo programático nas escolas municipais

Inclusão de conteúdo programático no currículo das escolas da rede municipal de ensino visando à prevenção contra as drogas. É o que propõe o vereador Moisés Rocha (PT) através do Projeto de Lei 163/09. A ação estabelece esclarecimentos sobre os efeitos nocivos causados pelo uso de substâncias que provoquem dependência física e psíquica em seres humanos, em especial crianças e adolescentes.

Em sua justificativa, o vereador destaca a importância da implantação do projeto. "As drogas são substâncias capazes de produzir alterações nas sensações físicas, psíquicas e emocionais. E provocam com isso, reações depressivas, tranquilizantes, viciantes e a depender do tipo causam adrenalinas e alucinações", explica. De acordo com o projeto, as aulas devem acontecer de forma sistemática e contínua com no mínimo uma hora de aula semanal. Sendo responsabilidade da Secretaria de Educação, oferecer programas de formação aos educadores.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Moisés Rocha

Prevenção e esclarecimento

"As drogas são um dos problemas que afligem a vida dos jovens, através da facilidade encontrada no dia a dia que despertam a curiosidade, facilmente induzindo o consumo na ilusão de que os conflitos internos serão cessados", declara Moisés Rocha.

De acordo com o vereador, o objetivo do projeto é esclarecer de forma preventiva e científica às novas gerações, através das escolas municipais, sobre a importância do conhecimento dos efeitos danosos causados pelas drogas, não apenas das drogas ilícitas como a maconha, cocaína e crack mas, sobretudo, das drogas lícitas como o cigarro e o álcool, que, também, geram dependência física e psíquica, além de graves problemas sociais.

Em suma, Moisés Rocha defende que o projeto amplia a visão sobre o assunto ao esclarecer que não se combate o consumo de drogas somente através da repressão. Para ele, também é necessária a discussão através do ensino preventivo como forma efetiva de combate.

Palhinha sugere assistentes sociais nas escolas públicas

O vereador apresentou projetos de indicação ao governo e à Prefeitura de Salvador



Vereador Orlando Palhinha

A presença de assistentes sociais nos quadros das escolas públicas, tanto da rede estadual quanto da municipal, é defendida pelo vereador Orlando Palhinha (PP) por meio dos projetos de indicação nº 247/2013 e 248/2013, dirigidos, respectivamente, ao governo estadual e à prefeitura de Salvador. Na justificativa, ele argumenta que as escolas têm sido palco de desdobramento dos dramas sociais vivenciados pelos alunos em seus lares e comunidades.

"São demandas que extrapolam o saber pedagógico e necessitam de um tratamento especializado que possibilite, tanto a professores quanto aos alunos, a oportunidade de compreender e superar estes problemas", observa Palhinha. Entre os problemas sociais mais comuns ele aponta o uso de drogas, criminalidade, sexo na adolescência, falta de apoio familiar e a extrema situação de vulnerabilidade social.

São situações, segundo o vereador, "que fazem pressão na cabeça dos jovens e adolescentes que frequentam as escolas públicas e nela não encontram a orientação correta para superarem estes dramas". Na avaliação de Palhinha, a presença dos profissionais de serviço social nas escolas é fundamental para equilibrar estes conflitos.

Particulares

"Houve um tempo em que se pensava que o professor deveria ser o mediador de conflitos sociais. As experiências vividas dentro das escolas mostram o contrário. Fica claro que, apesar dos professores se esforçarem para exercer tal papel, os problemas vividos pelos alunos superam em muito esta capacidade. Daí a necessidade de termos profissionais formados para reconhecer estas demandas e tratá-las de forma adequada", diz o autor das indicações.

O crescimento da violência praticada por menores, por exemplo, demonstra que não há um diagnóstico prévio das crises vividas pelos jovens e adolescentes. Para Palhinha, a escola é o cenário ideal para se perceber quais problemas estão ameaçando o crescimento social do aluno: "Ele está sendo vítima de assédio sexual dentro da família? O seu grupo de amigos está fazendo pressão para que ele utilize drogas? São detalhes que o olhar capacitado do profissional do serviço social pode detectar e dar o encaminhamento correto".

Muitas escolas particulares já contam com a presença de assistentes sociais em seus quadros, atuando de forma interdisciplinar no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e fazendo a mediação de conflitos. Esta ação, defende Palhinha, resulta em um maior aproveitamento escolar e na prevenção de situações que poderiam comprometer a vida dos alunos e interferir no desenvolvimento educacional.

DOLM 24.04.13:Camara_Template 23/4/2013 18:34 Página 5

Fabíola Mansur lança campanha pelo Voto Aberto

Mobilização nas redes sociais cobra transparência na Câmara Municipal

Defensora do voto aberto antes mesmo de ser eleita vereadora de Salvador, Fabíola Mansur, agora na condição de líder do PSB na Câmara de Vereadores, voltou a defender a necessidade de transparência na Casa. A partir de uma mobilização amplamente compartilhada nas redes sociais desde segunda-feira (22), em apoio ao voto aberto, a vereadora acrescenta que a campanha foi criada com o apoio de toda bancada de oposição.

A socialista reforçou a importância de o cidadão reconhecer o voto e a atuação de seu representante, e defendeu a aprovação em caráter de urgência-urgentíssima do projeto de Lei do vereador e presidente da Câmara, Paulo Câmara (PSDB), que extingue o voto secreto para votação das contas do prefeito. Ela promete fazer corpo-a-corpo entre os colegas para pôr fim a um ato que põe em xeque a credibilidade do parlamento e não favorece a transparência do legislativo soteropolitano ante os anseios da sociedade.



"Queremos agilizar o voto aberto. É muito importante que a gente comece logo a praticá-lo aprovando em caráter de urgência-urgentíssima a emenda de Lei Orgânica do Município (LOM) apresentada pelo vereador Paulo Câmara", destaca.

Através da LOM, Fabíola também quer ampliar as situações em que será permitido o voto aberto, inclusive no julgamento de prefeito e vereadores. "Desta maneira vai ficar clara a posição dos vereadores, como nós votamos. Nós vamos estimular a transparência da Câmara, e é isso que o cidadão quer. É isso que nós queremos. Voto aberto já", enfatiza a vereadora pessebista, que vai discutir a proposta com o presidente Paulo Câmara e com os vereadores no Colégio de Líderes.

A socialista, que votou com o parecer do Tribunal de Contas do Município pela rejeição das contas de João Henrique relativas ao exercício de 2010, defende a análise imediata do parecer do órgão que recomenda a reprovação das finanças de 2011 da gestão do prefeito. "É importante que já possamos ter o voto aberto na votação deste parecer do TCM, que recomenda, igualmente, a rejeição das finanças", afirma ao pontuar que seguirá a recomendação do órgão.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereadora Fabíola Mansur

Edvaldo retira projeto

Em apoio ao projeto do presidente Paulo Câmara, o vereador Edvaldo Brito (PTB) anunciou a retirada da emenda à Lei Orgânica do Município, de sua autoria, que também regulamentava o voto aberto. "O voto secreto é inconstitucional", defendeu, frisando que o Legislativo precisa adotar uma posição coerente com as aspirações da sociedade.

Alfredo Mangueira homenageia Manoel Querino

Vereador sugere nome do primeiro vereador negro para rua de Salvador

Dar o nome de Conselheiro Manoel Querino a um logradouro público de Salvador, na opinião do vereador Alfredo Mangueira (PMDB), é uma forma de fazer justiça à memória do primeiro vereador negro da história da Câmara Municipal de Salvador. Conselheiro (vereador) de 1980 a 1981 e de 1897 a 1899, o abolicionista, natural do município de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, foi, segundo o autor do Projeto de Lei nº 244/13, "um autêntico representante e defensor corajoso da raça negra, na sua época sob os resquícios da escravidão e, posteriormente, da discriminação".

Fundador da Liga Operária e dos periódicos "A província" e "A Gazeta do Trabalho", voltados à defesa do operariado, Manoel Querino foi filiado ao extinto Partido Liberal e integrou a Sociedade Libertadora da Bahia. Entrou para as Forças Armadas, mas pediu baixa ainda com a divisa de cabo de esquadra, para continuar estudando e se afirmar pelo conhecimento. Foi assim que estudou humanidades no Liceu de Artes e Ofício e desenho e arquitetura na Academia de Belas Artes.



Vereador Alfredo Mangueira diz que Querino foi um corajoso abolicionista

Açoites

Manoel Querino, justifica Alfredo Mangueira, "foi bravo na defesa de sua gente afrodescendente, na época escravos, o que lhe valeu alguns açoites".

Órfão aos quatro anos de idade, Manoel Querino teve como tutor o bacharel Manoel Correia Garcia, professor com cursos na Europa que o alfabetizou. Estudioso, teve aulas de português com o renomado professor Carneiro Ribeiro. "É esse digno cidadão, defensor corajoso da raça negra, que buscamos com justiça homenagear, com a grandeza que seu currículo representa", diz Mangueira defendendo a aprovação do projeto.

DOLM 24.04.13:Camara_Template 23/4/2013 18:34 Página 6

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Decreto Legislativo Nº 951/2013
Aprova Parecer Prévio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM, referente às contas da Prefeitura Municipal de Salvador, relativas ao exercício financeiro de 2010.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR faz saber que o Poder Legislativo Municipal promulga e manda publicar, para os devidos efeitos, o seguinte **DECRETO LEGISLATIVO**:

Art. 1º Fica aprovado o Parecer Prévio nº 00955/11, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM, referente às contas da Prefeitura Municipal de Salvador, exercício financeiro de 2010, Processo TCM Nº 07814-11.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2013.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL

ATA

28ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2013.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DAVID RIOS, DRª. FABÍOLA MANSUR, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ERON VASCONCELOS, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO FERREIRA JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SILVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei nºs 248 a 253/13 do vereador Marcell Moraes, 254/13 do vereador Luiz Carlos Suíca, 255 a 257/13 do vereador David Rios e 258/13 do vereador Alan Castro; Projeto de Resolução nº 37/13 da vereadora Aladilce Souza; Projetos de Indicação nºs 268/13 do vereador Toinho Carolino, 269 do vereador Paulo Câmara, 270 a 273/13 do vereador Marcell Moraes, 274/13 do vereador Luiz Carlos Souza, 275 a 278/13 da vereadora Eron Vasconcelos e 279/13 do vereador Luiz Carlos Suíca e Moção nº 37/13 da vereadora Aladilce Souza. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Léo Prates solicitou preferência para a votação do Projeto Legislativo nº 01/12, que trata das Contas da Prefeitura referentes ao exercício de 2010, sendo a preferência aprovada. O Senhor presidente fez esclarecimentos sobre a votação: chamada por ordem alfabética pelo 1º secretário e voto SIM ou NÃO, conforme anuência ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM pela rejeição das Contas. Feitos esses esclarecimentos, declarou o início da votação, determinando ao 1º secretário proceder à chamada. Os edis Kiki Bispo e Arnando Lessa foram os escrutinadores. Houve 43 votantes, 18 votos favoráveis e 25 votos contrários ao Parecer, sendo as Contas rejeitadas e mantido o Parecer. Declararam o voto os vereadores: Moisés Rocha, com base no art. 37 da Lei Orgânica do Município, solicitando que, nas próximas votações, fosse observado o art. 48 da LOM (para permitir as discussões); Duda Sanches, que considerou ter sido feita justiça à Cidade, embora esperasse uma votação maior com o Parecer; Dra. Fabíola Mansur, que se disse surpresa com o resultado, mesmo com a rejeição, pois esperava mais votos favoráveis ao Parecer; o vereador Arnando Lessa, que disse ter votado pela rejeição das Contas e criticou o esvaziamento do Plenário pelos que votaram contra o Parecer, pedindo que as Contas de 2011 não contivessem as mesmas falhas das de 2010, que, circunstanciais ou intencionais, dão brecha ao questionamento jurídico da votação. Pela ordem, o edil Geraldo Júnior solicitou verificação de *quorum*, tendo a vereadora Aladilce Souza solicitado da bancada do governo mantê-lo, para permitir as declarações de voto. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito reiterou não caber questionamento de *quorum*, só em Sessão deliberativa, o que já ocorrera, anunciando que também queria fazer declaração de voto. O vereador Waldir Pires fez apelo, em nome da dignidade da Casa e da política (que não pode ser "politicalha"), para que não se encerrasse a Sessão em razão dos questionamentos sobre o *quorum*. Reputou o Parecer cristalino, e que sua aprovação pelos representantes do povo é algo maior do que uma avaliação técnica, significando o julgamento sobre o uso do dinheiro público. A vereadora Aladilce Souza disse que os que saíram da Sessão não quiseram ouvir a justificativa dos que rejeitaram as Contas. Que há um novo momento da Câmara Municipal, dissociado do ex-prefeito, que ainda assim quase conseguiu os 29 votos que aprovariam o descalabro de sua gestão: não-aplicação dos percentuais constitucionais em Educação e Saúde, convênios e licitações irregulares, e outras mazelas apresentadas desde 2006 e que, em 2009, não foram mais aceitas pelo TCM. Concluiu refletindo que não só a bancada do atual prefeito votou nesse sentido, outros também o fizeram. Pela ordem, o vereador Waldir Pires pediu que a Mesa recebesse o seu voto por escrito, para constar em Ata. Nele, o edil, partindo da noção de que a atividade fiscalizatória dos atos do Executivo é uma das maiores atribuições do Legislativo, afirmou que as Contas exprimem o uso do dinheiro público. Elogiou o trabalho do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, que deu à Câmara Municipal as melhores condições de apreciação. Ressaltou sua honra em fazer, pela primeira vez, essa análise, e historiou os julgamentos das demais Contas do ex-prefeito. Nas atuais, notou a baixa capacidade de geração de receita, demonstrada em números. A dívida ativa cresceu, assim como se tornou irrisório seu índice de cobrança, e muitos foram os exemplos de mau gasto de recursos. Para piorar, uma grave ilegalidade: a não-aplicação dos recursos mínimos, constitucionalmente determinados, em ações de Saúde e Educação, o que atingiu a mais necessitada e frágil parcela da população. Por tudo isso, o TCM emitiu, justamente, Parecer pela rejeição das Contas, imputando multa ao ex-gestor, bem como lhe impondo a devolução de montante destinado ao custeio de publicidade. Em face de todo esse descontrole administrativo-financeiro, agravado por acentuadas ilegalidades, o edil acompanhou o Parecer e as recomendações do TCM, votando pela rejeição das Contas de 2010 da Prefeitura Municipal de Salvador. Também em declaração de voto, o vereador Hilton Coelho afirmou que o PSol rejeitou as Contas dos ex-prefeito João Henrique, mas, assim como outros vereadores, decepcionou-se com a quantidade de votos pela aprovação das Contas. Lembrou que as declarações feitas antes da votação indicavam forte rejeição, sugerindo um número máximo entre oito a doze vereadores a favor, o que não aconteceu. Considerou que o Parecer do TCM apresenta argumentos incontestáveis e associou-se à vereadora Aladilce Souza quanto à gestão do ex-prefeito não poder ser considerada séria. O vereador Everaldo Augusto também declarou seu voto pela rejeição, ressaltando esperar que a imprensa dê nome aos vereadores que votaram contra e a favor do parecer do TCM. Afirmou que a bancada da oposição, juntamente com o PSol e outros cinco vereadores, foi a favor do Parecer, e a bancada do governo votou a favor do ex-prefeito João Henrique, tentando esvaziar o Plenário após a votação. Solicitou ao vereador Edvaldo Brito que, na reforma do Regimento Interno, seja abolido o voto secreto. O vereador Gilmar Santiago parabenizou o Senhor presidente pela forma como conduziu o processo de votação, e avaliou esta votação sob várias leituras, inclusive a de a esperada e necessária mudança, de fato, não ter sido significativa. Afirmou que a rejeição das Contas representou uma vitória para a oposição, saudando o PT, PCdoB, PSD, PSol e os vereadores Edvaldo Brito, Ana Rita Tavares, Paulo Câmara, Soldado Prisco e Joceval Rodrigues. O vereador Henrique Carballal parabenizou o prefeito ACM Neto, que, a seu ver, foi coerente, uma vez que teve o apoio do ex-prefeito João Henrique e manteve quadros da gestão passada na Prefeitura. Afirmou que a oposição não votou pela rejeição das Contas apenas por oposição política, mas, por avaliar e considerar legítimo e incontestável o Parecer do TCM. O vereador Joceval Rodrigues disse que hoje passou a entender por que a Câmara tem a imagem desgastada: alguns colegas insistem em pegar um fato político e fazer politicagem. Afirmou que querem atribuir ao prefeito ACM Neto atitudes que não lhe são próprias, negou ter havido orientação de bancada para a votação, pediu que a Casa se respeitasse para ser respeitada e concordou que hoje a Casa deu uma resposta à sociedade. O vereador Soldado Prisco declarou ter votado pela rejeição das Contas, seguindo sua consciência, afirmou que seu mandato é independente e que o prefeito ACM Neto nada lhe pediu, diferentemente do que ocorre na Assembleia. Lembrou que quis votar as Contas antes, mas foi voto vencido, e igualmente defendeu o voto aberto. O vereador Edvaldo Brito parabenizou o Senhor presidente pela condução da votação, considerando que era preciso uma liderança de sua estirpe para dirigir o processo. Afirmou que seu partido quis votar seguindo o Parecer, lembrando a força que a Constituição Federal dá a este ato do Tribunal de Contas. Informou que, durante os quatro anos do mandato do ex-prefeito, alertou-o inúmeras vezes e, inclusive, os jornais A Tarde e Tribuna da Bahia divulgaram matérias de página inteira sobre isso. Declarou que votou pelo repeito ao Direito, à Cidade, ao seu partido e ao Parecer, quanto ao mérito, pois as Contas tinham mesmo que ser rejeitadas. A vereadora Ana Rita Tavares disse que votou pela rejeição das Contas em respeito à população, à Casa e ao seu mandato. Espera que a população, a despeito da quantidade de votos contrários ao Parecer, tenha confiança na Câmara. Como egressa do Tribunal de Contas do Estado, defendeu o Parecer, sobre o qual sempre teve posicionamento manifesto. O vereador Sílvio Humberto igualmente parabenizou o Senhor presidente pela condução da Sessão. Disse ter aprendido hoje que, na política, há uma aritmética que desvirtua a Matemática. Lamentou 25 votos chancelarem práticas erradas, quando a expectativa e as declarações não "batem" com esse número tão expressivo. Não fossem a oposição e os independentes, poderia se ter rejeitado o Parecer. O vereador Marcell Moraes afirmou que votou contra as Contas, e defendeu o voto aberto. Disse que o PV não participou do governo de João Henrique, e que alguns da base do prefeito ACM Neto também votaram contra as Contas. Afirmou que "está" vereador, passando pela Casa para trabalhar pela Cidade, diferente de alguns da oposição, que fazem dos mandatos uma profissão. O vereador Moisés Rocha declarou voto a favor do Parecer do TCM, afirmando que a bancada do PT vota conjuntamente e que declararam o voto com consciência coletiva. Ressaltou não ser surpresa a quantidade de votos contra o Parecer do TCM, uma vez que muitos vereadores defenderam o ex-prefeito. O vereador Geraldo Junior declarou voto pela rejeição do Parecer do TCM, anunciando ter solicitado à sua assessoria relatório sobre a rejeição do voto, mas dispensado o relatório, tendo em vista que algumas das declarações não foram verdadeiras. Afirmou ter contado 23 declarações de votos pela aprovação do Parecer do TCM, sendo que apenas 18 vereadores realmente votaram a favor. Afirmou que, em razão de o voto ser secreto, não é possível conhecer cada um dos vereadores que votaram pela rejeição do Parecer, considerando que esses vereadores tiveram a capacidade de reconhecer que não se pode falar em improbidade administrativa, pois não houve dolo, e isso ficou comprovado, e também não se pode falar em improbidade administrativa de forma subjetiva. Afirmou que os 25 votos contra o Parecer do TCM e a favor do ex-prefeito comprovam que João Henrique ainda é um nome vivo e com força em Salvador, falando mesmo na existência de um "Henriquismo" na Casa. O vereador Heber Santana também parabenizou o Senhor presidente pela condução do processo de votação. Declarou que votou pela reprovação das Contas, mas considerou que a Casa precisa amadurecer, porque não é admissível que se critique toda uma gestão devido a um erro técnico e, nesse sentido,

DOLM 24.04.13:Camara_Template 23/4/2013 18:34 Página 7

parabenizou o vereador Geraldo Júnior pela sua fala. Além disso, lembrou que não há garantia alguma de que todos da oposição votaram pela rejeição das Contas, já que o voto é secreto. O vereador Vado Malassombrado disse que a sociedade pediu uma resposta e a obteve. Afirmou que esteve inúmeras vezes com o prefeito ACM Neto, mas que o assunto das Contas nunca foi tocado. Também defendeu o voto aberto e disse que honrou os 4.059 votos que recebeu. Com a palavra, o vereador Kiki Bispo disse ter votado, em nome do PTN, contra o Parecer, por entender que a peça era tecnicamente frágil. Lembrou que tal entendimento já foi acolhido na Casa em duas ocasiões. Defendeu o voto aberto, criticou a hipocrisia de quem, antes, buscou o apoio de João Henrique e, agora, condenava-o. Na Tribuna, o vereador Luiz Carlos Suíca se disse feliz com o resultado, tendo votado sob a orientação do seu partido. Mesmo quando ainda não era membro da Casa, acompanhava, como cidadão, a situação da Cidade, a ser avaliada também politicamente. No seu sindicato, via o problema do excesso de terceirizados, com intervenção do Ministério Público. Concluindo, parabenizou o Senhor presidente pela condução da votação e disse que a oposição vota com consciência. O Senhor presidente agradeceu a todos a votação, que ocorreu sem problemas, em 30 minutos, o que prova a maturidade desta Casa. Lembrou que foi cumprido o acordo do Colégio de Líderes e declarou ter votado a favor do Parecer do TCM, assim como fez em 2009. Considerou que esta Casa sai vitoriosa com esta votação, tendo em vista a falência da gestão do ex-prefeito. Em registros, a vereadora Aladilce Souza afirmou que a votação não foi uma forma de perseguição ao ex-prefeito, mas, uma decisão contra uma gestão reprovada na Cidade desde 2006, com diversas ressalvas relevantes reiteradamente apontadas pelo Tribunal, que, a partir de 2009, não mais aceitou as irregularidades e aplicou a rejeição. Desejou votação das Contas às claras para que o sigilo não mais proteja vereadores e a população passe a confiar em seus representantes com tranquilidade. Pela ordem, o vereador Soldado Prisco renovou o convite para o X Encontro Nacional das Entidades Representantes de Praças – ENERP. O vereador Moisés Rocha cumprimentou o vereador Soldado Prisco, desejando êxito à categoria dos praças, manifestou insatisfação com a quantidade de votos contra o Parecer, mas lembrou que já houve duas rejeições de Contas. Registrou a desapropriação, pelo Governo do Estado, do terreno do SESI para construção da Unidade de Oncologia das Obras Sociais de Irmã Dulce. O vereador Cláudio Tinoco registrou o aniversário do vereador Carlos Muniz. Sobre a aprovação do Parecer do TCM, sugeriu que todos arquem com suas responsabilidades (multas de ex-presidentes da Casa, vereadores e ex-vereadores). Registrou felicidade com a Ordem de Serviço para o Complexo Viário do Imbuí (três viadutos), porém questionou não ter sido concluída a contratação da empresa de engenharia que vai auxiliar a Conder a prestar serviço de fiscalização das obras. Em comunicação inadiável, o vereador Joceval Rodrigues registrou o nascimento do Partido MD33, fusão do PPS com o PMN. Na Tribuna, a vereadora Ana Rita Tavares voltou a defender a criação de uma Delegacia de Proteção Animal. Seu gabinete tem recebido denúncias sobre maus-tratos a animais, ela e seus assessores se deslocam até delegacias, onde há agentes e delegados despreparados. Apelou aos vereadores que comporão a Frente em Defesa dos Animais para que façam gestões junto ao Governo do Estado nesse sentido. Concluiu citando Gandhy: "Nação que não respeita animal não é respeitável". Com a palavra, o vereador J. Carlos Filho afirmou que a rejeição das Contas o deixa tranquilo. Como vereador de primeiro mandato, não gostaria de ter o peso de um mau resultado para a Cidade. Disse ter seguido a orientação do seu partido. Comentou a situação dos rodoviários, em campanha salarial, informando que estarão na Casa no dia 6 de maio. A vereadora Dra. Fabíola Mansur registrou, em nome do PSB, ser a favor de que a Câmara faça Emendas à LOM visando a possibilitar a votação aberta. Também comentou a aritmética da Casa, na qual 22 vereadores declararam votos pela aprovação do Parecer do TCM, sendo que apenas 18 vereadores realmente votaram a favor. Afirmou que tentará descobrir os quatro vereadores que tiveram a desfaçatez de declarar voto a favor do Parecer sem tê-lo feito. Informou que esteve com o vereador Hilton Coelho, na Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, com a presença do secretário Nestor Duarte, para discutir a situação do Hospital de Custódia. O vereador Hilton Coelho considerou que a Sessão de hoje revelou duas grandes surpresas: a forma de fazer política na atual gestão e a constatação de ainda haver um campo "henriquista" na Casa, conforme declaração do vereador Geraldo Junior. Comentou que, em pouco tempo de gestão, o prefeito ACM Neto já fez dispensa de licitação envolvendo quase 14 milhões de reais, e questionou a continuidade do modelo anterior. Registrou reunião de hoje na SEAP, com a presença de uma comissão de vereadores e do Ministério Público, sobre o Hospital de Custódia e Tratamento, conforme dito pela vereadora Dra. Fabíola Mansur, em que foram discutidas medidas emergenciais em favor da proteção dos internos e funcionários. O vereador Luiz Carlos Suíca informou que teria que se retirar, após sua fala, pois iria a um encontro com o pessoal do Movimento dos Sem-Terra – MST. Saudou a aprovação do Parecer, lembrou a morte dos 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás e pediu justiça para os assassinos dos trabalhadores. Externou, mais uma vez, preocupação com o início do período chuvoso, questionou se a Operação-Chuva dará conta da população e lembrou que há inúmeros pontos de ônibus sem abrigo. O vereador Gilmar Santiago informou que o Senado Federal aprovou, na noite de ontem, o Projeto do Estatuto da Juventude, que agora vai retornar à Câmara dos Deputados. Lembrou que também há na Casa um Projeto de Estatuto da Juventude e Inclusão. Sobre a rejeição das Contas, disse que a votação deixou um sentimento de derrota por o ex-prefeito ainda ter conseguido 25 votos a seu favor, mas considerou que, diante de todas as dificuldades, a oposição e os independentes, sintonizados com a Cidade, conseguiram 18 votos necessários para a aprovação do Parecer e rejeição das Contas, dando uma resposta à forma de gestão irresponsável e contrária à população. Ao concluir, o orador lamentou o apoio de boa parte da bancada do atual prefeito ao ex-prefeito. O vereador Sílvio Humberto reafirmou que a Câmara mostrou hoje que existe, na política, uma aritmética diferente da aritmética Matemática, e que essa divergência só se resolverá, retomando a Matemática o seu devido lugar, quando se revelar o voto secreto. O orador também saudou o Estatuto da Juventude e registrou reunião da Comissão de Saúde, na qual a presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Senhora Élcia Silva**,** relatou a gravidade da situação dos alunos em termos de segurança alimentar e lembrou que não se trata apenas de assegurar a merenda, que, inclusive, muitas vezes é a única refeição do aluno durante todo o dia – e, algumas vezes, sequer chega. Nada mais havendo, antes de encerrar a Sessão, o Senhor presidente Arnando Lessa marcou outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros do vereador Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

Vereador(es) licenciado(s)	Período	Fundamentação
ERON VASCONCELOS	26/04 a 04/05/13	Art.18, inciso III, Res.910/91
LUIZ CARLOS SOUZA	29 a 30/04/13	Art.18, inciso III, Res.910/91

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO CMS nº. 10/2013

PROCESSO DE ORIGEM	**CMS nº. 0254/2013**
CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS**
CONTRATADA	**EMPRESA AURINO ALVES DE AZEVEDO FILHO EIRELI**
OBJETO	**Aquisição de 86 (oitenta e seis) televisores de LED 32", FULL HD, 1080P, com receptor de TV digital integrado, Selo PROCEL A, incluída a assistência técnica durante o período de garantia.**
PRAZO	**12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.**
BASE LEGAL	**Normas de Direito Público, da Lei Federal nº. 8.666/93 e, subsidiariamente, da Lei Municipal nº 4.484/92 e pelas normas do Direito Privado, no que couber.**
VALOR TOTAL	**R$ 96.922,00 (noventa e seis mil novecentos e vinte dois reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**01.031.038.2001 – 4.4.90.52**
DATA DE ASSINATURA	**26/03/2013**
ASSINAM	**Paulo Câmara – CMS Aurino Alves de Azevedo Filho – Contratada**
TESTEMUNHAS	**Aline Carneiro Santos Rafael de Aguiar**

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO CMS nº. 11/2013

PROCESSO DE ORIGEM	**CMS nº. 0254/2013**
CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS**
CONTRATADA	**EMPRESA ALDITEC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**
OBJETO	**Aquisição de 10 (dez) televisores de LED 42", FULL HD, 1080P, com receptor de TV digital integrado, Selo PROCEL A, e 04 (quatro) televisores de LED 52", FULL HD, 1080P, com receptor de TV digital integrado, Selo PROCEL A, incluída a assistência técnica durante o período de garantia.**
PRAZO	**12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.**
BASE LEGAL	**Normas de Direito Público, da Lei Federal nº 8.666/93 e, subsidiariamente, da Lei Municipal nº 4.484/92 e pelas normas de Direito Privado, no que couber.**
VALOR TOTAL	**R$ 29.540,00 (vinte e nove mil quinhentos e quarenta reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**01.031.038.2001 – 4.4.90.52**
DATA DE ASSINATURA	**26/03/2013**
ASSINAM	**Paulo Câmara – CMS Tássio Luis Ribeiro Souza – Contratada**
TESTEMUNHAS	**Aline Carneiro Santos Rafael de Aguiar**

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO CMS nº. 13/2013

PROCESSO DE ORIGEM	**CMS nº. 0254/2013**
CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS**
CONTRATADA	**DISTRIBUIDORA DINÂMICA LTDA.**
OBJETO	**Aquisição de suportes fixos de parede para televisores de LED 32", 42", e 52".**
PRAZO	**12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.**
BASE LEGAL	**Normas de Direito Público, da Lei Federal nº. 8.666/93 e, subsidiariamente, da Lei Municipal nº 4.484/92 e pelas normas de Direito Privado, no que couber.**
VALOR TOTAL	**R$ 2.294,00 (dois mil duzentos e noventa e quatro reais)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**01.031.038.2001 – 4.4.90.52**
DATA DE ASSINATURA	**03/04/2013**
ASSINAM	**Paulo Câmara – CMS Lindaiane Silva Pereira – Contratada**
TESTEMUNHAS	**Aline Carneiro Santos Rafael de Aguiar**

***RETIFICAÇÃO**

No resumo do CONTRATO CMS Nº 15/2013, publicado no DOL de 23 de abril de 2013, página 9.

Onde se Lê:
VALOR MENSAL – R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

Leia- se:
VALOR TOTAL - R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

DOLM 24.04.13:Camara_Template 23/4/2013 18:34 Página 8

Parceria entre Ouvidorias fortalece a gestão participativa

Encontro reafirma trabalho de cooperação técnica

Foto: Ascom OGE



Ouvidores do Município e Estado têm como foco a população

Fortalecer o trabalho das Ouvidorias como instrumentos da gestão pública participativa e da melhoria dos serviços prestados à população. Este foi um dos objetivos do encontro realizado na quinta-feira (18) entre o ouvidor-geral do Estado, Jones Carvalho e a ouvidora-geral da Câmara Municipal de Salvador, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB).

A ouvidora da Câmara se comprometeu a dar continuidade ao trabalho conjunto iniciado em 2011, enviando as demandas recebidas pelo órgão relativas ao governo estadual, capacitando a equipe técnica e contribuindo para o evento. "As Ouvidorias têm um papel fundamental na consolidação do Estado democrático de direito e vamos nos integrar a este esforço coletivo para assegurar os direitos do cidadão" afirmou Aladilce.

Cooperação técnica

Desde agosto de 2011, a OGE e a Ouvidoria da Câmara firmaram um Termo de Cooperação Técnica, com vigência de trinta meses. O objetivo é promover ações conjuntas e o licenciamento de uso do software do sistema de ouvidoria e gestão pública-TAG, desenvolvido pela OGE e já implantado em diversos municípios e estados.

No encontro foi definido um novo treinamento dos técnicos e estagiários da Ouvidoria da Câmara para operarem o TAG e modernizarem o banco de dados utilizados pelo órgão para o registro de manifestações dos cidadãos. Alguns ajustes técnicos serão feitos pela Assessoria de Informática da Câmara para a implantação do sistema, com o suporte da Ouvidoria Geral do Estado (OGE).

Copa

Jones Carvalho convidou a ouvidora da Câmara para participar de um encontro nacional nos dias 27 e 28 de maio, em Salvador, que irá planejar a atuação das Ouvidorias estaduais e municipais durante a Copa do Mundo de 2014. "Reuniremos representantes das três esferas de governo, de todas as cidades-sede da Copa. Serão debatidos temas como as ações integradas entre as Ouvidorias, os impactos sociais dos eventos esportivos e os serviços à disposição do torcedor, tendo como foco os direitos do cidadão", esclarece o ouvidor.

Participaram da reunião, na sede da OGE, o assessor do órgão Weber Leone, o ouvidor adjunto Danilo Franco e a coordenadora técnica da Ouvidoria da Câmara Claudia Correia.

ARTIGO

A quem interessa calar o Ministério Público?



Já conhecida como "PEC da impunidade", a Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, em tramitação no Congresso Nacional, restringe o poder de investigação às polícias Civil e Federal, que, não julgo a competência, mas creio que sozinhas farão muito menos do que se consegue atualmente. Precisamos do poder e da credibilidade do Ministério Público (MP), da Receita Federal, do Conselho de Controle de Finanças (Coaf), dos Tribunais de Contas da União (TCU) e das comissões parlamentares de inquérito (CPI). Por que calar estes órgãos? Caso a PEC seja aprovada, estaremos desconstruindo competências atribuídas pela Constituição de 1988. Apesar deste documento realmente necessitar de uma atualização, não é assim que conseguiremos aprimorar a máquina pública brasileira.

Tenho visto a mobilização dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e da imprensa de várias regiões, mas o Brasil precisa ouvir a sociedade civil, esta que é tão punida pela deficiência das esferas municipal, estadual e federal. No caso de aprovação da PEC, não poderá mais recorrer aos órgãos de grande representatividade e credibilidade. É necessário mobilizar, virar notícia, toda movimentação é válida. Vamos às ruas, às redes sociais e onde mais conseguirmos espaço. Cobrem o posicionamento dos parlamentares em quem votaram. Mandem e-mails, liguem para os gabinetes. Alguns de nós que estamos vereadores em Salvador já nos manifestamos contra a PEC. O ex-governador do Estado da Bahia, o edil Waldir Pires inclusive apresentou indicação em defesa do Ministério Público. É de suma importância destacar um dos argumentos deste ilustríssimo colega que define o MP como "uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal".

O Ministério Público da Bahia entende que "todo e qualquer monopólio em termos de atividade institucional somente deve ocorrer quando os resultados sejam indiscutivelmente positivos. Se existir uma dúvida para optarmos entre um modelo de pluralidade de órgãos com capacidade investigativa e o outro em que se detém o monopólio, é preferível optar pelo primeiro". Quando tratamos de investigação é necessário que consideremos que há uma gama de informação contida nos órgão que a PEC prevê isolar das investigações. É, de certo, uma proposta descabida e que não leva em consideração o interesse público, apenas defende aqueles que pretendem continuar impunes.

Quando da votação da PEC, em data a ser definida, cabe a nós, cidadãos que somos, cobrarmos a reprovação deste tremendo insulto moral e não permitir que o assunto seja esquecido e apagado por fatos usados para mascarar (como último capítulo da novela, situação das Coréias, Copa das Confederações etc.) nossos reais problemas. Não quero calar o MP! Não me interessa calar o MP! Diga Não à PEC 37.

Vereador José Trindade,
líder do PSL na Câmara